

Estudo Técnico Preliminar 260/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 6089/2025

2. Descrição da necessidade

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Itaberaí, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), visando garantir a continuidade, qualidade e resolutividade dos serviços prestados à população, identifica a necessidade de **contratação de pessoa jurídica especializadas na prestação de serviços médicos**, em diversas especialidades, destinados para complementação dos atendimentos direto e indireto dos usuários do Sistema Único de Saúde no âmbito da Atenção Primária à Saúde, na Atenção Secundária à Saúde – média e alta complexidade e em Gestão em Saúde. A medida é necessária diante da insuficiência de recursos humanos efetivos, da crescente demanda assistencial e da complexidade das ações de saúde desenvolvidas nas unidades da Rede Municipal.

2.2. A presente contratação tem por objetivo assegurar apoio à gestão em saúde, regularidade dos atendimentos, diminuir filas e tempos de espera, e possibilitar suporte técnico qualificado à gestão, além de suprir demandas assistenciais nas seguintes frentes:

2.2.1. Atenção Primária à Saúde (APS): Visa à composição de equipes multiprofissionais nas unidades de saúde da família e nos serviços estratégicos vinculados à APS. A prestação dos serviços médicos será voltada para:

a) **Estratégia Saúde da Família (ESF):** atuação clínica generalista junto à população adscrita, com enfoque na atenção contínua e integral;

b) **Equipe Multiprofissional (E-Multi):** apoio à ESF com cuidado ampliado em saúde mental, reabilitação e nutrição, entre outros;

c) **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI):** cuidados de saúde mental a adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas, seja em regime fechado, aberto ou semiliberdade. , conforme normativas federais.

d) **Equipes de Consultório na Rua (ECR):** cuidado de saúde a pessoas em situação de rua;

d) **Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Privada de Liberdade (PNAISP):** atenção básica à população carcerária, com atendimento médico às pessoas privadas de liberdade, conforme normativas federais.

2.2.2. Atenção Secundária à Saúde: A contratação também visa atender serviços de média e alta complexidade, com ênfase no cuidado especializado e multiprofissional, por meio da:

a) **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):** cuidado médico a pessoas com sofrimento psíquico e/ou uso abusivo de álcool e outras drogas;

b) **Serviço de Atenção Domiciliar (SAD):** acompanhamento médico de usuários em condição de restrição ao leito ou dependência domiciliar, com foco na reabilitação e cuidados paliativos;

c) **Centro Especializado em Reabilitação (CER):** atendimento médico especializado para pessoas com deficiência, oferecendo diagnóstico, tratamento, reabilitação, habilitação e tecnologia assistiva, em articulação com equipe multiprofissional

2.2.3. Gestão em Saúde - Apoio Técnico à Secretária Municipal de Saúde: A prestação de serviços médicos também será direcionada ao apoio técnico-operacional à gestão municipal de saúde, incluindo: Atuação em processos de regulação, apoio técnico a gestão hospitalar e seus setores, planejamento em saúde, medicina segurança do trabalho; Apoio na elaboração e atualização de protocolos clínicos e diretrizes assistenciais; Participação em comissões técnicas e de controle da qualidade da atenção prestada à população.

2.3. A contratação visa atender também às metas pactuadas nos instrumentos de gestão (PPA, LDO, LOA, Plano Municipal de Saúde e Programação Anual de Saúde), garantindo maior efetividade na execução das ações e serviços de saúde do município.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. Para que o presente serviço seja contratado e corretamente prestado, existem (requisitos mínimos para sua satisfação, tais como:

3.1.1. dos Requisitos da Pessoa Jurídica:

- a) Registro regular no CNPJ;
- b) Inscrição ativa no Conselho Regional de Medicina (CRM) da empresa;
- c) Estar cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SIFAC);
- d) Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- e) Comprovação de experiência mínima de 04 (meses) em prestação de serviços médicos à rede pública de saúde;
- f) Capacidade de fornecer profissionais com os perfis solicitados, conforme cronograma e escala definidos pela Secretaria Municipal de Saúde.
- g) Possui o CNAE para atividade pretendida.

3.1.2. Requisitos dos Profissionais Vinculados:

- a) Formação superior em Medicina com registro ativo no CRM;
- b) Especialização, quando exigida, nas áreas de Psiquiatria, Geriatria, Medicina de Família e Comunidade, Medicina Física e Reabilitação, entre outras conforme área de atuação;
- c) Experiência comprovada de, no mínimo, 04 (meses) nas áreas específicas;
- d) Participação em treinamentos e capacitações será considerada diferencial.

3.2. Este bloco reúne as vagas para cargos cuja atribuições são técnicas e operacionais nas quais a exigência de formação é a conclusão do Ensino Superior da educação formal. Para a execução

dos serviços e de acordo com as atividades a serem desenvolvidas, deverão ainda possuir as especificações e **requisitos específicos** estabelecidos. Desta forma, um conjunto de vagas para as quais o processo de seleção deverá realizado um grau de cobrança compatível e as especializações necessárias, além da ter disponibilidade das horas de acordo preconizado para o Ministério da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde.

O segue o Quadro de Código, Especialidades, Categorias e Área de Atuação:

BLOCO 9 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

(B9-01) – Atenção Básica

ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE	CNAE DA PJ	CATEGORIA	CBO
01 – ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	A. Medicina	8630-5/02 ou 8630-5/03	Médico Generalista	2251
	B. Medicina	8630-5/02 ou 8630-5/03	Médico Generalista	2251
	C. Medicina Distrital	8630-5/02 ou 8630-5/03	Médico Generalista	2251
02 – EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	A. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico Dermatologista	2251
	B. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico Endocrinologista	2251
	C. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico Geriatra	2251
	D. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico (a) Ginecologista /Obstetra	2252
	E. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico (a) Ginecologista /Obstetra	2252
	F. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico (a) Hansenologista	2231
	G. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico (a) Homeopata	2251
	H. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico (a) Infectologista	2251

03- PNAISARI	A. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico Psiquiatra	2
04- EQUIPE DE CONSULTÓRIO NA RUA - ECR	A. Medicina	8630-5/02 ou 8630-5/03	Médico Generalista	2
05- EQUIPE DE SAÚDE PRISIONAL - ESP / PNAISP	A. Medicina	8630-5/02 ou 8630-5/03	Médico Generalista	2

BLOCO 10 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE

AREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE	CNAE DA PJ	CATEGORIA	C
01- REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - RAPS	A. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico Generalista com Especialização em Saúde Mental	2
	B. Medicina Especializada	8630-05/03	Médico Generalista com Especialização em Saúde Mental	225
	C. Psiquiatria	8630-05/03	Psiquiatra	225
02 - Serviço de Atenção Domiciliar - SAD (EMAD E EMAP)	A. Medicina	8630-5/02	Médico Generalista	2
08- Centro Especializado em Reabilitação - CER	A. Ortopedia	8630-5/02 8630-5/03	Médico Ortopedista	2
	B. Fisiatria	8630-5/02 8630-5/03	Médico Fisiatra	225
	C. Neurologia	8630-5/03	Médico Neurologista	225

BLOCO 11 – GESTÃO EM SAÚDE - SMS

		CNAE DA PJ		C
--	--	------------	--	---

ÁREA DE ATUAÇÃO	ESPECIALIDADE		CATEGORIA	
01- Secretaria Municipal de Saúde - SMS	A. Medicina	8660-7/00	Apoio a Gestão em Saúde no Complexo Regulador – N1	22
	B. Medicina	8660-7/00	Apoio à Gestão Hospitalar – N1	223
	C. Medicina	8660-7/00 8610-1/01	Direção Técnica Hospitalar	131
	D. Medicina	8660-7/00	Direção Técnica APS – N2	131
	E. Medicina	7119-7/04	Segurança do Trabalho	225

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALINE PANIAGO SILVA GUGEL
DIRETORIA DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA, URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	ELZI FONSECA SANTIAGO DOS SANTOS
DIRETORIA DA ATENÇÃO BÁSICA	NICAELLA ETERNA DE OLIVEIRA SANTOS NASCIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA DO HOSPITAL MUNICIPAL	MARIA DO CARMO EGITO DE SA
DIRETORIA DE REGULACAO, AUDITORIA, CONTROLE	REGINA LOPES DA SILVA

5. Levantamento de Mercado

Com o objetivo de identificar a solução mais adequada, eficiente e legal para a contratação de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços em saúde, para atuação nas frentes da Atenção Primária, Atenção Secundária e na Gestão Municipal em Saúde, foi realizado levantamento de mercado e análise comparativa das alternativas disponíveis. Consideraram-se as seguintes possibilidades:

a) Remanejamento interno de Recursos Humanos:

Apesar de ser uma solução pontual reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, o Município de Itaberaí enfrenta um déficit significativo de pessoal, não sendo viável a realocação interna para suprir todas as frentes de atuação sem prejuízo de serviços já em funcionamento.

b) Realização de concurso público:

É o modelo ordinário previsto na Lei nº 8.080/1990 para o provimento de cargos efetivos. No

entanto, sua complexidade, prazos longos de execução, ausência de previsão orçamentária específica e impossibilidade de atendimento imediato às necessidades atuais tornam essa alternativa impraticável no curto prazo.

c) Convênios com entidades públicas ou filantrópicas:

Mostraram-se inviáveis devido à ausência de entidades com estrutura compatível e também por restrições legais quanto à delegação de atividades finalísticas sem processo seletivo ou credenciamento. Além disso, esse modelo não se aplica à contratação direta de pessoas jurídicas para prestação de serviços individualizados.

d) Terceirização por meio de Organizações Sociais (OS) ou OSCIPs:

Embora seja uma alternativa adotada por alguns entes federativos, envolve elevado custo, menor controle técnico direto e necessidade de processo licitatório complexo, incluindo celebração de contratos de gestão. Dado o caráter urgente e contínuo da demanda municipal, esta opção não se revela oportuna no momento atual.

e) Credenciamento de pessoas jurídicas, com fundamento na Lei nº 14.133/2021 e nas Instruções Normativas TCM-GO nº 008/2023 e nº 010/2024:

É a solução mais adequada e vantajosa para a Administração. O credenciamento de pessoas jurídicas prestadoras de serviços em saúde permite a seleção contínua de interessados que preencham os critérios técnicos e legais estabelecidos em edital, assegurando ampla concorrência, agilidade na contratação e atendimento conforme demanda e escala definida pela gestão. Esse modelo não configura substituição de quadro efetivo, mas sim complementação da assistência pública de saúde, garantindo a continuidade e qualidade do serviço.

Conforme previsto na Lei nº 8.080/1990, é responsabilidade do ente público a organização dos serviços de saúde. No entanto, o credenciamento de pessoas jurídicas é instrumento legítimo, eficaz e previsto na legislação vigente para garantir o funcionamento regular dos serviços essenciais, sem vínculo empregatício e com maior controle técnico-operacional.

Assim, o credenciamento de pessoas jurídicas representa a alternativa mais eficiente, célere, transparente, compatível com o planejamento municipal e adequada à realidade do Município de Itaberaí, viabilizando a atuação simultânea de múltiplos prestadores, reposição imediata em casos de afastamento e cobertura integral das demandas da Atenção Primária, Atenção Secundária e da Gestão em Saúde.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A presente solução tem por objetivo viabilizar a contratação regular de pessoas jurídicas prestadoras de serviços médicos especializados, por meio de credenciamento público, para atuação em diversas áreas da Secretaria Municipal de Saúde de Itaberaí/GO, incluindo:

6.1.1. Atenção Primária à Saúde (APS);

6.1.2. Atenção Secundária à Saúde (ASS) (como Centros de Especialidades, CER e RAPS);

6.1.3. Serviços de Urgência e Emergência (como Hospital Municipal, SAMU e SAD);

6.1.4. Gestão em Saúde (apoio à Gestão em Saúde no Complexo Regulador Municipal, Apoio à Gestão Hospitalar, Direção técnica hospitalar ou da APS, medicina do trabalho).

6.2. A contratação será por meio de pessoa jurídica, a qual indicará o profissional como Responsável Técnico para restar os serviços, que inclui a realização de consultas médicas ambulatoriais, procedimentos clínicos, prestação de serviços médicos especializado por carga

horária previamente estabelecida, englobando atividades de visitas técnicas, participação em ações coletivas, reuniões de equipe, emissão de laudos e pareceres técnicos, atividades intersetoriais, elaboração de relatórios e apoio técnico à gestão, em conformidade com os protocolos do SUS e normativas do Ministério da Saúde e as necessidades da Rede Municipal de Saúde e critérios a serem previstos nos Termo de Referência.

6.3. Os serviços poderão incluir:

Consultas médicas especializadas;

Atendimentos domiciliares ou institucionais;

Visitas técnicas;

Plantões de sobre-aviso;

Participação em reuniões clínicas, administrativas ou intersetoriais;

Emissão de laudos, pareceres e relatórios técnicos;

Acompanhamento de usuários referenciados ou internados;

Apoio técnico à gestão em saúde;

Exercício de funções de direção técnica, nos termos da Resolução CFM nº 2.147/2016, quando aplicável.

6.4. A modalidade de credenciamento é tecnicamente adequada e legalmente permitida, conforme os artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as Instruções Normativas TCM-GO nº 008/2023 e nº 010/2024, que reconhecem a viabilidade da contratação de serviços médicos por meio de pessoa jurídica, em caráter não exclusivo, contínuo e com preço aprovado pela Resolução do CMS nº 010/2025.

6.5. A contratação via credenciamento, possibilita contratações simultâneas, maior agilidade e economicidade, e garante a continuidade dos serviços públicos de saúde, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade, isonomia e interesse público.

6.6. Essa forma de contratação permite flexibilidade, economicidade, padronização das condições de execução e a garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais, principalmente frente à natureza intermitente e complexa da demanda assistencial no SUS.

6.7. A habilitação dos prestadores e dos profissionais será realizada por meio de critérios objetivos, envolvendo:

6.7.1. Regularidade jurídica e fiscal entre outras da empresa;

6.7.2. Registro dos profissionais no respectivo Conselho de Classe;

6.7.3. Comprovação de formação e habilitação na especialidade médica;

6.7.4. Experiência profissional mínima exigida por função;

6.7.5. Avaliação curricular;

6.7.6. Cursos de aperfeiçoamento como critério classificatório adicional.

6.8. A execução dos serviços será acompanhada, monitorada e avaliada por equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a conformidade com os indicadores assistenciais, cumprimento das metas pactuadas e a qualidade da atenção prestada à população.

6.9. A prestação dos serviços será compatível com a demanda e com a carga horária previamente estabelecida por unidade, turno e perfil profissional, garantindo a presença de profissionais habilitados nos diversos pontos da Rede de Atenção à Saúde.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando o objetivo de fortalecer os serviços da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Secundária e da Gestão em Saúde no município de Itaberaí/GO, estima-se a contratação de até **54 (cinquenta e quatro)** profissionais médicos por meio de credenciamento de pessoas jurídicas. A quantidade estimada foi definida com base nos seguintes parâmetros: Histórico de contratações no exercício anterior, considerando o quantitativo de prestadores ativos e a produção registrada, Análise de demanda reprimida por especialidade médica, tanto ambulatorial quanto de apoio técnico à gestão; Planejamento plurianual (PPA) e metas de ampliação da assistência em saúde; Necessidade de garantir cobertura contínua em carga horária assistencial e em consultas especializadas, conforme as demandas de cada unidade de saúde; Abrangência das áreas de atuação, que incluem: Equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), Equipes da Atenção Especializada (e-Multi, CER, CEM, RAPS), Serviços vinculados à Gestão (Direção Técnica, Apoio técnico em Auditoria, Complexo Regulador), Saúde do Trabalhador e Saúde Prisional, entre outros.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 9.970.579,20

Para fins de estimativa dos custos envolvidos na contratação complementar dos serviços médicos especializados, foram considerados parâmetros técnicos e mercadológicos que asseguram a razoabilidade dos valores propostos. Nesse sentido, foi utilizada a tabela de referência aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde, por meio da Resolução nº 010/2025. Referida tabela teve como base comparativa os valores praticados na Tabela SUS, pelo IPASGO, pela UNIMED, além de informações obtidas por meio de pesquisa de mercado atualizada. Tal metodologia visa garantir a compatibilidade dos preços com os valores praticados no setor, em conformidade com o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A contratação deverá ser dividida em tantas parcelas (itens) quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se o procedimento auxiliar à licitação, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda, não sendo vislumbrando, no momento, motivações para a não adoção do parcelamento do objeto.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não verificam-se contratações correlatas as demandas do Centro de Atenção Psicossocial I Renascer - CAPS mencionadas a este Estudo Técnico Preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Embora o objeto da contratação não esteja atualmente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA), a presente demanda está alinhada com os principais instrumentos de planejamento da saúde pública municipal, em especial com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Municipal de Saúde (PMS), na Programação Anual de Saúde (PAS), na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA).

11.2. A contratação também está em consonância com as políticas nacionais de saúde, como a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde, a Política Nacional de Saúde Mental, a Política Nacional de Saúde no Sistema Prisional (PNAISP) e demais diretrizes do Ministério da Saúde aplicáveis aos diversos níveis de atenção e à gestão em saúde.

11.3. Ademais, a medida é estratégica para:

- a) Viabilizar o cumprimento das metas e indicadores do Programa Previne Brasil;
- b) Garantir a ampliação do acesso e da resolutividade nos serviços da Atenção Primária e Secundária à Saúde;
- c) Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde (RAS) no território;
- d) Atender às exigências dos órgãos de controle, assegurando a legalidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos de saúde.

11.4. Dessa forma, a contratação por credenciamento revela-se coerente com o planejamento setorial vigente, justificando-se pela necessidade de suprir demandas assistenciais recorrentes e assegurar o funcionamento adequado da rede de serviços de saúde do município, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação por meio de credenciamento de prestadores de serviços médicos e multiprofissionais para a Secretaria Municipal de Saúde, Atenção Primária, Atenção Secundária e demais serviços vinculados proporciona uma série de benefícios estratégicos e operacionais que impactam positivamente a qualidade, eficiência e continuidade da assistência à população, entre eles:

Flexibilidade e agilidade na contratação: Possibilita a contratação simultânea e paralela de diversos profissionais em diferentes níveis e áreas de atuação, atendendo com maior rapidez às demandas variáveis e emergenciais da rede de saúde.

Padronização e transparência: O processo de credenciamento segue critérios objetivos e públicos, assegurando a seleção de profissionais habilitados e qualificados, promovendo transparência, impessoalidade e isonomia.

Eficiência econômica: Permite contratações em condições padronizadas, favorecendo a melhor gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência previstos na legislação vigente.

Continuidade dos serviços: Ao garantir a atuação simultânea de múltiplos prestadores, assegura a manutenção ininterrupta dos serviços na Atenção Primária, Atenção Secundária e demais áreas, evitando desassistência e interrupção no cuidado.

Aprimoramento da qualidade do cuidado: A contratação de profissionais qualificados, com formação e experiência adequadas, contribui para a elevação da qualidade dos serviços ofertados à população em todos os níveis de atenção.

Adequação às políticas públicas de saúde: A medida está alinhada às políticas nacionais e municipais de saúde, fortalecendo os princípios da universalidade, integralidade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS).

Fortalecimento da gestão em saúde: Facilita o acompanhamento, supervisão e avaliação dos serviços prestados, promovendo melhorias contínuas e garantindo o cumprimento dos indicadores e metas de saúde.

12.2. Dessa forma, o credenciamento se configura como uma solução estratégica, eficiente e vantajosa para a Administração Pública, capaz de atender às demandas assistenciais da população com legalidade, qualidade e responsabilidade.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica ao caso.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de profissionais para atuação na Atenção Primária, Atenção Secundária e demais serviços vinculados à Secretaria Municipal de Saúde não apresenta impactos ambientais diretos significativos, uma vez que os serviços serão prestados em estruturas já existentes, como Unidades Básicas de Saúde, Centros de Especialidades, Hospitais e demais unidades assistenciais, sem envolver obras civis, geração elevada de resíduos perigosos ou alterações no meio ambiente.

Entretanto, em observância ao princípio da sustentabilidade previsto na Lei nº 14.133/2021, a gestão pública adotará as seguintes medidas preventivas e sustentáveis:

- a) Promoção e adoção de boas práticas de descarte dos resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018 e demais legislações ambientais aplicáveis;
- b) Uso racional e consciente de insumos, materiais e energia, estimulando práticas sustentáveis no ambiente de trabalho;
- c) Desenvolvimento de ações de educação ambiental junto às equipes de saúde, destacando a importância do uso responsável dos recursos e a redução de desperdícios.

Assim, mesmo que os impactos ambientais sejam mínimos, a Secretaria Municipal de Saúde manterá um compromisso contínuo com a sustentabilidade, aplicando medidas que garantam a

proteção do meio ambiente e o uso responsável dos recursos públicos, conforme as diretrizes legais e os princípios da administração pública responsável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos e multiprofissionais, via credenciamento, representa a solução mais eficiente, eficaz e sustentável para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo a Atenção Primária, Atenção Secundária e a Gestão em Saúde.

Essa modalidade de contratação permite a continuidade dos serviços essenciais, a flexibilidade operacional e o atendimento às metas assistenciais com qualidade, o que se mostra incompatível com os procedimentos e prazos das licitações tradicionais.

O credenciamento, amparado pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e pelas Instruções Normativas TCMGO nº 008/2023 e nº 010/2024, observa os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público, assegurando a transparência e segurança jurídica. Razões para não adoção da licitação tradicional:

1. Natureza dos serviços de saúde e continuidade do atendimento:

Os serviços médicos e multiprofissionais exigem continuidade, disponibilidade e agilidade na contratação, condições que não são plenamente compatíveis com os trâmites burocráticos e os prazos prolongados das licitações convencionais, que podem comprometer o acesso da população à assistência.

2. Flexibilidade para contratação paralela e não excludente:

O credenciamento possibilita a contratação simultânea de múltiplas empresas qualificadas, permitindo a administração ajustar rapidamente o volume e o perfil dos serviços conforme a demanda real, coisa que a licitação por concorrência ou tomada de preços não permite com a mesma eficiência.

3. Complexidade e diversidade técnica:

A área de saúde envolve uma grande variedade de especialidades e perfis profissionais, o que demanda processos ágeis e dinâmicos para atender necessidades variadas e emergenciais, dificultando a padronização e o detalhamento técnicos exigidos em licitações tradicionais.

4. Atendimento aos princípios da economicidade e eficiência:

O credenciamento promove a competição entre prestadores, permitindo seleção de propostas com melhor custo-benefício e condições ajustadas à realidade local, favorecendo a racionalização dos recursos públicos.

5. Conformidade com normativas do TCMGO:

As Instruções Normativas nº 008/2023 e 010/2024 do Tribunal de Contas do Município de Goiás orientam a contratação por credenciamento para serviços continuados de saúde, reforçando a legalidade e viabilidade desse procedimento.

Benefícios adicionais da contratação por credenciamento:

Agilidade na formalização e execução dos contratos;

Facilidade para adequação e renovação dos serviços conforme o planejamento e a demanda;

Possibilidade de contratação por tempo determinado, compatível com o ciclo orçamentário e metas estratégicas municipais;

Maior controle e supervisão técnica da qualidade dos serviços pela Secretaria de Saúde;

Responsabilização objetiva das pessoas jurídicas contratadas, reduzindo riscos trabalhistas e administrativos.

Portanto, a opção pelo credenciamento da pessoa jurídica como modalidade de contratação para prestação de serviços médicos e multiprofissionais atende plenamente às necessidades da Administração Pública, garantindo a continuidade, qualidade, economicidade e legalidade exigidas para a gestão pública eficiente e transparente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE PANIAGO SILVA GUGEL

Fisioterapeuta - II



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 08:36:37.

ELZI FONSECA SANTIAGO DOS SANTOS

Diretoria de Atenção Especializada, Urgência e Emergência



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 07:43:22.

NICAELLA ETERNA DE OLIVEIRA SANTOS NASCIMENTO

Diretora da Atenção Básica

MARIA DO CARMO EGITO DE SA

Superintendente do Hospital Municipal



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 07:48:18.

REGINA LOPES DA SILVA

Diretora de Regulação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - AREA DE ATUAÇÃO, ESPECIALIDADE, CNAE, CATEGORIA E CBO.pdf (213.09 KB)
- Anexo II - ANEXO II - Quadro de prestação do serviços e especialização.pdf (318.67 KB)